

OS EMBARAÇOS DA FORMALIZAÇÃO. Enlaces entre práticas políticas de catadores de materiais recicláveis e tecnologias de governo no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos¹

Magda Luiza Mascarello
IFPR/Pinhais - PR

RESUMO: No Brasil, desde 2010, a criação de uma legislação específica por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305) instaurou uma nova relação entre o Estado e os catadores de materiais recicláveis, segundo a qual os municípios vêm sendo responsabilizados pelo desenvolvimento de programas de inclusão destes trabalhadores na coleta seletiva do lixo urbano. Neste cenário, os catadores vêm buscando uma redefinição da categoria, reclamando o acesso ao trabalho socialmente reconhecido como direito humano fundamental, acionando e inserindo-se em políticas diversas, incorporando diferentes atores sociais em suas demandas e transformando-se de pessoas que vivem do lixo em trabalhadores imprescindíveis para a cidade e agentes ambientais que coletam materiais recicláveis. Por meio de pesquisa etnográfica realizada entre 2013 e 2015 junto ao agrupamento de Catadores Mutirão em Curitiba-PR, este artigo tem por objetivo refletir sobre sua controvertida trajetória nas tentativas de constituir-se como uma pessoa jurídica, uma das condições necessárias para desfrutar dos benefícios decorrentes da nova legislação. Este processo se dá por meio de um entrelaçamento dinâmico entre as técnicas de governo desenvolvidas pela prefeitura municipal - que, pressionada pelo Ministério Público e outros atores, busca cumprir as exigências legais - e as improvisações práticas dos catadores na sua produção e reconhecimento como sujeitos de direito. A partir das estratégias dos catadores, enleadas neste cenário que apresenta demandas burocráticas e políticas até então desconhecidas, este ensaio traz uma reflexão sobre como o caminho da formalização é percorrido, de que maneira as informações são apreendidas e mobilizadas para responder, acionar e acessar certas demandas de governo e os tensionamentos e contradições do processo de criação de um grupo de catadores organizados em suas tentativas de alcançar as benesses sugeridas pela lei.

PALAVRAS-CHAVE: Catadores; Práticas; Políticas;

1 - Introdução

O cenário da catação de resíduos sólidos urbanos está passando por mudanças significativas em todo o Brasil. Desde 2010, a criação de uma legislação específica por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305) instaurou uma nova relação entre o Estado e as organizações de catadores, segundo a qual os municípios vêm sendo responsabilizados pelo desenvolvimento de programas de inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos ciclos da coleta seletiva municipal, seja priorizando a contratação destes trabalhadores para o serviço de limpeza urbana, seja financiando seus empreendimentos cooperativos. A lei também determina que empresas privadas devem compartilhar a responsabilidade sobre a destinação das embalagens descartadas dos produtos que elas põem em circulação no mercado, a chamada logística

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa - PB.

reversa.

A aprovação e implementação desta legislação vêm se dando no escopo de uma série de reivindicações feitas pelos catadores que passaram a mobilizar os argumentos da cidadania e dos direitos humanos e, a partir deles, a apresentar-se como um segmento que demanda ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas, reclamando o acesso ao trabalho socialmente reconhecido como um direito inalienável.

Situado no contexto instaurado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos este artigo traz o desafio de refletir sobre o universo da catação de materiais recicláveis e sua inserção em um cenário de cidadania. Os dados que construí ao acompanhar o trabalho cotidiano dos catadores do Mutirão, no sul da cidade de Curitiba durante uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos 2013 e 2015² sinalizam formas diversas de mobilizar o discurso dos direitos e de se relacionar com o novo contexto legal e seus desdobramentos burocráticos. A invocação do trabalho como um direito humano fundamental vem acompanhada de práticas criativas em relação à lei, ao Estado e à burocracia e de um grande esforço para transformar um grupo de catadores organizados financiados pela filantropia da igreja Católica em uma associação formalmente constituída, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, um dos critérios fundamentais para acessar os direitos mencionados na nova legislação e ser reconhecido no atual cenário da cidadania nacional. Neste contexto, as páginas que seguem têm por objetivo refletir sobre a trajetória dos catadores do Mutirão em suas tentativas de tornarem-se legíveis ao Estado, em um processo que se dá por meio de um entrelaçamento dinâmico entre as técnicas de governo desenvolvidas pela prefeitura municipal – que pressionada pelo Ministério Público e outros atores, busca cumprir as exigências legais – e as improvisações práticas dos catadores na sua produção e reconhecimento como sujeitos de direito. A partir das estratégias dos catadores, enleadas neste cenário que apresenta demandas burocráticas e políticas até então desconhecidas, este ensaio traz uma reflexão sobre como o caminho da formalização é percorrido, de que maneira as informações são apreendidas e mobilizadas para

² Minha chegada ao Mutirão antecede o período da pesquisa de campo realizada entre os anos 2013 e 2015. Desde meados de 2008, eu vinha mantendo práticas de intervenção em agrupamentos de catadores a partir de minha participação na ação de setores da Igreja Católica e outras organizações do chamado movimento popular em Curitiba. Assim, mantive presença sistemática no Mutirão, ocupando diversas posições: trabalhei por curto período de tempo na classificação do material coletado pelos catadores; fui integrante da coordenação da ONG formada pelos voluntários católicos que trabalham com os catadores, posição a partir da qual participei dos chamados encontros de formação; atuei na mediação de conflitos e, principalmente, na elaboração de projetos com fim de captação de recursos financeiros. Mais recentemente, somei a essas relações meus interesses pela reflexão antropológica sobre o tema.

responder, acionar e acessar certas demandas de governo e os tensionamentos e contradições do processo de criação de uma pessoa jurídica em suas tentativas de alcançar as benesses sugeridas pela lei.

2 – Um grupo de catadores organizados

Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos datar de 2010, em Curitiba ainda em 2006 foram dados os primeiros passos no sentido da implementação de um programa governamental voltado aos catadores intitulado EcoCidadão, que tem por objetivo a viabilização de barracões de triagem dos resíduos recicláveis recolhidos por meio da coleta seletiva municipal, os quais deveriam abrigar o trabalho dos catadores. Antes disso, porém, outras organizações já se preocupavam em reunir os catadores em formas cooperativas de trabalho.

O Mutirão, catadores entre os quais realizei minha pesquisa, surgiu no início dos anos 2000 a partir dos chamados “mutirões contra a miséria e a fome” motivados pela Igreja Católica. Neste período, no sul da cidade de Curitiba, um grupo de fiéis católicos sob a bandeira da opção preferencial pelos mais pobres, se mobilizaram com o intuito de reunir os catadores da região em um sistema de trabalho coletivo tutelado pela igreja.

Com recursos financeiros mobilizados por Teresa, a freira que liderava o grupo, os fiéis reuniram diversos catadores e alugaram uma casa grande em um terreno espaçoso que chamaram de Casa de Apoio, onde foi possível armazenar o material reciclável coletado. Nos anos que se seguiram ao primeiro aluguel da Casa de Apoio os ativistas católicos, juntamente com os catadores que iam se somando às atividades, foram desenvolvendo metodologias de trabalho e inventando jeitos de fazer a coleta, triagem e comercialização do material reciclável recolhido no bairro, assim como criando meios de divulgação e articulação com outras instituições da cidade e manutenção financeira da atividade.

Segundo as narrativas que registrei durante o trabalho de campo, na Casa de Apoio instalaram provisoriamente uma creche, onde os catadores deixavam os filhos aos cuidados do casal contratado e articularam uma equipe de voluntários que preparava a alimentação para os trabalhadores e suas famílias. Comumente recebiam visitas de organizações da cidade, escolas do bairro, secretarias municipais e universidades que se aproximavam para conhecer aquele grupo de catadores. Políticos conhecidos e emissoras locais de televisão e rádio compareciam, divulgando a iniciativa católica

como uma proposta exitosa e, por vezes, exemplar. Movimentos sociais e organizações populares se aproximavam propondo atividades conjuntas.

Em pouco tempo o trabalho na Casa de Apoio já estava sendo desenvolvido com equipamentos e maquinários específicos para utilização na coleta, triagem e enfardamento de materiais recicláveis e reunia em torno de trinta catadores, em sua maioria, pertencentes a quatro famílias. Uma prensa hidráulica substituiu a caixa de sucata de geladeira no enfardamento do papelão. À balança manual foi acrescentado um equipamento eletrônico de maior capacidade. Planilhas para registro das quantidades dos diferentes tipos de material reciclável coletado por catador e o total a ser comercializado pelo grupo foram elaboradas. Um dos católicos contratados desenvolveu um programa de computador de fácil operação baseado no uso de imagens e fotografias das embalagens recolhidas e capacitou uma catadora para sua utilização de modo que as planilhas criadas para o controle da produção foram submetidas à sistematização e ao cálculo automático e inequívoco da máquina.

Sob a bandeira do compromisso cristão pelos mais pobres, paulatina e cotidianamente foi sendo desenvolvido um processo de profissionalização da catação de materiais recicláveis no sul da cidade de Curitiba. Este processo de profissionalização do trabalho deu-se articulado à construção de uma nova imagem de si como uma categoria social – catador de materiais recicláveis – contrapondo-se às representações estereotipadas sobre eles que por vezes fazem do lixo metonímia de sua condição social, como sinaliza o depoimento de Joana, uma das catadoras que está no Mutirão desde este período:

Só sei que foi aonde nós começamos a ficar espertos. Sei que uma vez que dava diferença [de peso] no plástico, no PET, dava diferença. Primeiro nós pesávamos dava uma coisa. Enfardava dava outra. Ficamos tempo pensando “mas o que é que nós estamos fazendo de errado? Não estamos colocando a grama e está dando errado”. Nós levamos um par de tempo para descobrir que era o ar. Então quando ele ia pra prensa o ar saia e dava menos. Mas nós aprendemos isso apanhando. Então foi através deles [os ativistas católicos] que a gente foi... Foi mudando, foi crescendo, foi vendo realmente nossa importância. Porque não sei se é porque os outros falam... falam tanto que você não presta, que você é lixeiro, que você não vai, que você acaba acreditando. E daí lá [terreno/Casa de Apoio] não... assim... lá a gente aprendeu. Eu vejo hoje quando eu falo assim “as nossas raízes estão lá embaixo” é porque tudo que a gente custou aprender foi lá. Na pancada, apanhando, se virando. Foi lá. Não tem outro lugar. Por isso que eu falei pra você aquele dia lá. Lá é nossa história. Nossa história é lá. Tudo que a gente começou. Não adianta mudar as coisas agora. Lá atrás a gente aprendeu.

A lembrança transcrita remete à importância da atuação dos ativistas católicos naquele período. Paralelamente à obtenção de equipamentos e maquinários e criação de sistemas de rotinas de controle da produção foram promovidas campanhas de conscientização nas escolas, igrejas e secretarias da prefeitura sobre a importância do trabalho do catador por meio das quais foram se espalhando discursos que definiam a catação do lixo reciclável do bairro como um trabalho digno e honesto, além de mobilizar o discurso da crise ambiental que pauta a reciclagem como uma questão moral³. Assim, os catadores paulatinamente foram deixando de ser lixeiros para tornarem-se catadores de papel e, logo mais, de materiais recicláveis⁴.

Trabalhar em um mesmo local, comercializar coletivamente o material que coletavam e classificavam individualmente, dispor de infraestrutura mínima de trabalho, desenvolver certa disciplina de comportamento dos trabalhadores, controlar a atividade, apresentar-se como sujeitos que desenvolvem um trabalho importante para a cidade (serviço de limpeza urbana) e estarem ligados a determinadas pessoas e organizações que oferecem apoio aos catadores e medeiam doações e articulações com outras instituições fazia com que os integrantes do Mutirão fossem gradativamente sendo vistos, mencionados e divulgados como membros de um dos primeiros grupos de catadores organizados de Curitiba.

Neste grupo de catadores organizados, no que se refere à organização do trabalho, a coleta do material reciclável se dava de forma individual, enquanto sua classificação ocorria em pequenas unidades de produção formada pelos parentes de quem fez a coleta. Assim, por exemplo, se o esposo de Joana saía sozinho para recolher material reciclável todas as manhãs, ela, sua irmã, seu cunhado e três de seus filhos

³ Leite Lopes (2003: 45), ao refletir sobre os processos de invenção, consolidação e avanço na temática ambiental do que ele chama de ambientalização da política, sugere: “a ambientalização como processo de interiorização de comportamentos e práticas se dá através da educação ambiental”, uma atividade explicitamente escolar ou para escolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa. A educação ambiental acaba fornecendo códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos, tais como uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre a lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo. Junto com uma série de informações sobre o mundo natural, as cadeias ecológicas, e sobre as ameaças à natureza, à paisagem, à saúde humana e à qualidade de vida urbana, há uma ênfase numa normatização de condutas na vida cotidiana. Isso aparenta os ‘manuais de etiqueta’ que surgiram no Renascimento europeu, analisados por Norbert Elias (1990) e seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, fazendo naturalizarem-se e interiorizarem-se certos comportamentos.”

⁴ As palavras que estão em itálico correspondem a categorias nativas. As expressões entre aspas, por sua vez, são transcrições literais de narrativas tanto dos interlocutores durante o trabalho de campo quanto da teoria antropológica com a qual aqui dialogo.

adolescentes permaneciam na Casa de Apoio à espera do que chegava para classificar de acordo com as exigências do comprador com o qual o grupo iria comercializar, ainda que por vezes Joana e sua irmã também trabalhassem na coleta. O mesmo acontecia com Francisco, outro catador que saía, ainda de madrugada e, ao retornar para o terreno com o carrinho cheio, contava com a ajuda da esposa na classificação.

A dimensão coletiva do trabalho se produzia na etapa de pesagem, armazenamento e comercialização do que recolhiam, quando os pequenos grupos de parentesco reuniam tudo o que encontraram no mês. Portanto, aquilo que era coletado por um catador individual nas ruas do bairro ia assumindo caráter de trabalho coletivo ao ser classificado por uma unidade de produção, em sua maioria constituída a partir das relações de parentesco. O material era pesado e registrado pelos catadores e fiéis católicos em planilhas que coincidiam com estas unidades. A produção, era então, armazenada em depósitos coletivos no centro do terreno ou em contêineres, em fardos devidamente identificados com o nome de quem os compactou. Somente então seguia-se para a venda coletiva da produção. Pago pelo comprador da vez o valor correspondente à venda, ocorria o movimento oposto, a individualização dos pagamentos. O dinheiro era dividido entre as unidades de produção conforme as planilhas de registro e depois a renda era distribuída a cada catador de acordo com sua produção individual em acordos muitas vezes desconhecidos a quem não pertencia aquele pequeno núcleo.

Estes processos de coletivização/individualização estavam o tempo todo em uma espécie de relação dinâmica, se constituíam um para o outro e, juntos, criaram o Mutirão. A partir desta descrição da disposição das tarefas da catação de materiais recicláveis anteriores à inovação jurídica acima mencionada, podemos perceber que o grupo de catadores organizados se constituía continuamente a partir do movimento centrífugo de caminhar todos os dias individualmente juntando material reciclável e, ao mesmo tempo, do movimento centrípeto de juntar-se para classificar em pequenos coletivos de trabalho aquilo que coletaram. Movimentos que se repetiam em uma escala diferente nos processos de comercialização, quando cada unidade de produção convergia para a pesagem e armazenamento do material no centro do terreno e depois divergia novamente na distribuição dos valores monetários que compunham a renda de cada catador.

Três anos após o primeiro aluguel da Casa de Apoio o Mutirão passou por grande crise financeira e precisou encontrar outro espaço para o trabalho dos catadores. Ao contar este momento da sua trajetória como grupo organizado, muitas vezes os

catadores com os quais conversei introduzem neste momento suas preocupações com as dinâmicas da formalização e iniciam os esforços e resistências na produção de uma pessoa jurídica legível ao Estado.

Os catadores contam que, sem condições de manter o aluguel do imóvel e do terreno onde estavam trabalhando, os fiéis católicos iniciaram um diálogo com políticos conhecidos com o intuito de deslocar-se para um terreno desocupado, propriedade da prefeitura municipal, localizado ao lado da Casa de Apoio. Como resposta lhes foi informado que para isso era preciso firmar um contrato de comodato entre a Prefeitura Municipal e uma pessoa jurídica, formalmente constituída, de modo que o primeiro passo consistia em transformar o grupo de catadores organizados em Associação, conforme podemos perceber na narrativa de Paula (catadora):

Nós tinha que ir embora porque nós não tinha dinheiro e o aluguel estava caro. Mas nós ia pra onde? Ia embora? Não, embora não. A gente precisava daquilo ali. Eu tinha meus filhos e estava separada. Eu precisava daquilo ali. Então nós tinha o terreno, mas o terreno era da prefeitura. Então tinha que ser associação. Nós era uma associação. Mas tinha que ser associação com CNPJ, com os documentos tudo. Entende?

A explicação de Paula sobre a necessidade de constituir-se enquanto pessoa jurídica sinaliza uma controvérsia vivida pelo Mutirão desde então, o fato de ser uma associação de catadores com certo reconhecimento dos moradores locais (afinal na Casa de Apoio trabalhava um grupo de catadores organizados) e, ao mesmo tempo, não ser uma Associação nos tempos necessários à legibilidade frente ao Estado. Compreendo legibilidade aqui conforme fora discutido por Schuch (2015) em seu estudo sobre população em situação de rua, como técnicas de governo produzidas pelo Estado que, ao mesmo tempo que entrecruzam saberes e poderes para classificar e simplificar as populações podem ser vistas a partir de suas “margens”, como coproduções heterogêneas constituídas também pelas diferentes formas que as populações têm de habitar normas e categorias uma vez que por meio delas o Estado e seus modos de ação também se tornam conhecidos. Afinal, como afirma a autora (2015, 139), “as práticas de legibilidade fazem mais do que possibilitar o governo; elas são também vias relevantes de produção dos sujeitos e, sobretudo, são oportunidades onde novas lutas e inscrições políticas são possíveis”.

Segundo a narrativa de Paula, os debates em torno da constituição de uma pessoa jurídica foram longos e intensos e produziram diversos desentendimentos entre os catadores, especialmente no que se refere aos modos de organização do trabalho.

Como vimos acima, a divisão do trabalho respeitava dinâmicas articuladas ao parentesco e estas definiam posicionamentos políticos.

Assim, a catadora que aprendeu a operar o programa de computador, era considerada a coordenadora e seu irmão o tesoureiro responsável pela venda do material coletado e pela distribuição do valor recebido entre os demais catadores. Sua cunhada controlava a balança e registrada as quantidades dos diferentes tipos de material pesados por cada um dos catadores e seu filho, preenchia as fichas quando um novo trabalhador ingressava no Mutirão. Esta forma de organização política dificultava a constituição de uma coordenação elegível para uma associação formalmente constituída, uma vez que a vinculação de parentesco próximo inviabiliza o reconhecimento oficial. Como afirmou Paula,

Como que a gente ia fazer. Todo mundo era parente. Todo mundo. Nem todos... mas da confiança mesmo, da coordenação, todo mundo era. Impossível pra nós.

Diante de tal impasse, a estratégia foi formalizar uma pessoa jurídica entre os fiéis católicos que, com o objetivo de dar continuidade à arregimentação dos catadores de materiais recicláveis para o trabalho coletivo, iniciaram um movimento em direção à institucionalização da organização, constituindo-se como ONG, uma entidade jurídica sem fins lucrativos. A dinâmica de criação de uma pessoa jurídica foi acelerada pelo conhecimento do decreto nacional 5.940/1996, por meio do qual a Presidência da República determinava que todo o material reciclável gerado por órgãos públicos deveria obrigatoriamente ser destinado às associações e cooperativas de catadores formalmente constituídas. Desse modo, tanto as especificidades do comodato proposto pela prefeitura e a legislação nacional portavam a exigência de constituição de uma pessoa jurídica que tivesse nos catadores de materiais recicláveis os principais destinatários de suas ações e que permitisse estabelecer relações oficiais com órgãos estatais e a formalização da ONG católica, ainda que não composta pelos catadores, apresentava-se como a solução.

3 – De grupos de catadores organizados à Associação de Catadores Mutirão

Os catadores permaneceram no terreno cedido em regime de comodato para a ONG católica até 2013, embora, conforme me contaram, nunca conseguiram acessar o

material reciclável produzido pelos órgãos públicos porque uma das exigências do decreto governamental era que a pessoa jurídica fosse constituída exclusivamente por catadores, o que não era o caso. Em meados de 2013 – neste período em torno de dez trabalhadores - os catadores se trasladaram para um barracão do programa municipal EcoCidadão⁵, construído pela prefeitura de Curitiba com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em resposta às exigências da nova legislação. Segundo a Procuradora Estadual do Trabalho no Paraná, em apresentação pública a respeito da nova legislação no Fórum Estadual Lixo e Cidadania, essas mudanças na lei são produto da luta dos catadores por direitos⁶, “medida afirmativa de política pública destinada a enfrentar a discriminação estrutural que sofre o grupo social vulnerável de catadores”. Assim foram sintetizados seus objetivos:

- Proteção à saúde pública e da qualidade ambiental;
- Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- Reciclagem e incentivo;
- Gestão integrada de resíduos sólidos;
- Cooperação técnica e financeira – financiamento de cooperativas de catadores;
- Previsão de contratação prioritária de catadores para serviços de limpeza urbana.

O barracão é de alvenaria, com amplo espaço contendo cozinha, refeitório, escritório, banheiros e um salão dividido em duas partes. Uma das metades é ocupada por mesas de triagem e a esteira mecânica, em torno da qual trabalham os catadores na classificação do material; a outra é destinada ao armazenamento do material selecionado

⁵ Para a história de constituição deste programa municipal e suas imbricações no processo de criação de uma legislação específica que reúne coleta de resíduos sólidos urbanos e catadores de materiais recicláveis em Curitiba, ver Domingues (2012). Na retomada histórica do programa, a autora indica que “em 2007 criou-se o Projeto Reciclagem Inclusão Total visando melhorar a condição socioambiental do catador. (...) Em 2009 o projeto passou a ser nominado Ecocidadão – Reciclagem e inclusão total. (...) e em outubro de 2010 Curitiba apresentou a versão definitiva de seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no qual consta que, além de apoio à criação e às organizações de catadores, estas devem ser incluídas na coleta seletiva. (DOMINGUES, 2012:63).

⁶ Machado-Borges (2010) realizou um estudo com mulheres catadoras de materiais recicláveis na cidade de Belo Horizonte – MG, preocupada justamente com a passagem de um período de trabalho individualizado de coleta e comercialização nas ruas da cidade para o que chama de processo de mobilização política dos catadores. A autora localiza o início das ações que resultaram na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no final da década de 1980, período de mudança para o regime democrático do país e elaboração da nova Constituição. A autora mostra como desde então o movimento dos catadores tem feito pressões ao Estado no sentido de elaborar leis específicas sobre a destinação dos resíduos sólidos recicláveis com a participação dos catadores de materiais recicláveis; processo que incidiu sobre a criação da recente Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para uma descrição um pouco mais detalhada deste processo de constituição legal, ver (CABALLERO, 2008)

e enfardado. Nos fundos há uma garagem com tomadas elétricas para recarregar a bateria dos carrinhos, que agora deixaram de ser puxados via tração humana, sendo movimentados mecanicamente.

Durante o trabalho de campo pude perceber que o deslocamento do terreno para o barracão marca também uma outra transformação importante na política dos catadores: se até então eles se apresentavam como um grupo de catadores organizados tutelados pela ONG católica, agora passam a mobilizar a retórica universalista dos Direitos Humanos e da cidadania como estratégia de reclamação pelo direito ao trabalho e o acesso aos benefícios sinalizados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Um caso representativo é a narrativa de Fábio, um dos catadores que fez este traslado, na ocasião que lhe perguntei sobre o que estava achando do trabalho no novo ambiente:

Isso não é favor que estão fazendo pra nós. Nós é gente, pessoa, está entendendo? Nós tem direito de estar aqui, de trabalhar. Ninguém tá fazendo favor pra nós não. Isso aí é obrigação da prefeitura. Eu vi isso na televisão. Escutei lá que a doutora falou lá na reunião com o Ministério Público. Toda gente tem direito de trabalhar. Nós é gente e catar papel é nosso trabalho. Nós é catador de material reciclável. Então ficar aqui no barracão e pegar o material que a prefeitura junta nas ruas, nos bairros aí é um direito da gente. Por isso que nós briga. É pelo direito...

Diversos estudos antropológicos sobre direitos humanos no Brasil, embora sinalizem a tensão entre a pretensão universalista das leis e das representações de cidadania que tantas vezes atualizam posturas colonialistas (SOUZA, 2001), nos mostram também as possibilidades que se abrem na reflexão sobre as dinâmicas sociais quando são levadas em conta as práticas dos sujeitos não como mera oposição à lei ou dela resultado, mas apreendendo a mutualidade entre práticas e leis (BONETTI 2001; MELLO, 2013; SCHUCH 2003). Seguindo estas pistas teóricas é possível observar que, ao apropriar-se da retórica dos direitos humanos, aqui especialmente o direito ao trabalho, no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos os catadores do Mutirão intensificam sua autodeterminação política enquanto sujeito coletivo de direitos. A partir de então é possível perceber que eles se inserem no cenário da catação de materiais recicláveis de Curitiba de maneira diversa, não mais informados tão somente pelos valores da moral católica e da caridade comunitária, mas paulatinamente introduzindo argumentos que se articulam com a retórica da cidadania e desenvolvendo práticas inéditas no escopo das novas atuações do Estado e, a partir de sua inserção no programa municipal EcoCidadão, também de necessidades institucionais e burocráticas que até então lhes eram desconhecidas, conforme veremos a seguir.

Vale salientar que outra mudança fundamental no Mutirão, a partir de sua inserção no programa EcoCidadão e a consequente ocupação do barracão cedido pela prefeitura foi a chegada de um técnico contratado pelo IPCC (Instituto Pró-cidadania de Curitiba), a ONG responsável pela gestão do programa municipal, que tinha a função de acompanhar e orientar o trabalho dos catadores e, sobretudo, de registrar dados de reciclagem (quantidade de material recolhido e classificado, tipo de material, renda dos catadores) e produzir as estatísticas e índices que alimentam a política pública.

Também é importante ressaltar a proliferação de instituições que se envolveram nas tramas da catação na cidade ou, no caso das organizações de catadores, que foram a partir delas criadas. Além disso, há visivelmente uma tendência a multiplicar iniciativas que tendem à concentração econômica e organizacional a partir do açambarcamento de agrupamentos menores de catadores em organizações maiores, instituindo um modelo para o incentivo à organização de cooperativas e redes uma vez que, quanto maior e mais concentrada a catação de materiais recicláveis, maior também o poder de barganha com o mercado comprador.

Do ponto de vista empírico, as principais organizações que de alguma maneira se inserem no cenário da catação de resíduos sólidos em Curitiba estão articuladas em torno de três grupos de instituições entrelaçadas, cada um com seus próprios compromissos, lideranças, engenharias institucionais, saberes estabilizados e caminhos de financiamento.

O primeiro grupo reúne a associação de catadores Mutirão, a ONG dos fiéis católicos, um centro de formação chamado Centro de Formação Urbano e Rural irmã Araújo (CEFURIA) – ambos criados a partir de iniciativas religiosas e motivados pela chamada “opção preferencial pelos mais pobres”⁷ - e outras três associações de catadores de Curitiba e Região Metropolitana. Desde 2008, com o intuito de reposicionar o trabalho da catação no mercado da reciclagem e agregar valor ao seu produto, este grupo iniciou um processo de diálogo em torno da criação de uma cooperativa que deveria reunir os grupos de catadores organizados que nele se articulam, a chamada Coopersol – Cooperativa Solidaria de Reciclagem do Paraná, que até o momento em que realizei esta pesquisa (2013-2015), ainda não estava formalizada. O segundo grupo é formado pelos atores que participam do programa EcoCidadão,

⁷ Oliveira (2013: 72), ao refletir sobre a influência do Conselho Indígena Missionário, uma organização católica fundamental na criação do Movimento Indígena no nordeste brasileiro, sintetiza: “A ‘opção pelos pobres’ pregada pela Teologia da Libertação, via o oprimido como principal agente de sua própria libertação, tendo a participação destes nos movimentos em defesa de seus direitos como um foco fundamental para a conscientização dos grupos”.

desenvolvido pela prefeitura de Curitiba através das secretarias e órgãos municipais em torno dele arregimentados⁸ e, no momento em que realizei minha pesquisa de campo, também do Instituto Pró-cidadania de Curitiba (IPCC) – uma instituição ligada à Fundação de Assistência Social do município que, entre outras coisas, tem a função de operacionalizar e gerenciar os barracões da prefeitura e as associações ou agrupamentos de catadores que os ocupam⁹. Também este grupo se mobilizou no sentido de criar uma cooperativa com todos os ocupantes dos barracões do programa que, ao reunir maior quantidade de catadores e ampliar a produção, produziria estatísticas mais convincentes na elaboração de projetos de captação de recursos, o InterEco.

Um terceiro grupo é constituído pelo Movimento dos Catadores e pela Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual, que teve papel fundamental na criação do Fórum Lixo e Cidadania em 2001 e do Instituto que lhe é homônimo¹⁰, fundado dois anos depois com a finalidade de gerenciar e executar as deliberações do fórum. O Ministério Público e o Movimento dos Catadores atualmente dividem a liderança do Fórum Estadual no que chamam de coordenação colegiada, através do qual articulam diversos grupos de catadores, organizações públicas e empresas privadas. Também este grupo fundou sua própria cooperativa, a Cataparaná, esta já totalmente formalizada.

Com as transformações recentes em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a mobilização dos argumentos vinculados aos direitos humanos e a inclusão de responsabilidades legais dos municípios que precisam desenvolver programas de inclusão formal dos catadores na coleta seletiva municipal, bem como das empresas privadas que passam a dividir responsabilidades sobre a destinação das embalagens

⁸ Os órgãos da prefeitura municipal envolvidos no Programa Ecocidadão são: Fundação da Assistência Social, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Empresa de Urbanização de Curitiba S/A (URBS/Diretran), Procuradoria Geral do município. E as secretarias: do meio ambiente, governo, saúde, educação, urbanismo, abastecimento, comunicação social e defesa social.

⁹ Além da construção ou aluguel e equipagem dos Parques de Recepção de Recicláveis, o IPCC juntamente com a prefeitura são responsáveis pelo pagamento dos serviços (água, luz, segurança e telefone) e fornecimento de equipamentos de proteção individual e dos insumos (fritão, sacaria, pallets) necessários ao funcionamento do barracão. É ainda esta instituição que contrata e coordena a equipe de técnicos que diariamente acompanha cada um dos barracões.

¹⁰ O Instituto Lixo e Cidadania é uma organização do terceiro setor que se dedicou em grande medida à viabilização de recursos financeiros para a contratação de lideranças de catadores (além de uma equipe técnica especializada na constituição jurídica de associações e cooperativas que oferece apoio contábil, financeiro e administrativo), contribuindo de modo significativo para a consolidação e fortalecimento do Movimento dos Catadores no Paraná, o movimento social oficial que representa a categoria

descartadas dos produtos que põem em circulação no mercado, o número de participantes no Fórum vem aumentando e, conseqüentemente, também as alianças, conflitos e disputas. Além do governo federal e da prefeitura municipal de Curitiba, várias empresas privadas têm agregado investimentos técnicos e financeiros em algumas associações e cooperativas de catadores na cidade para justificar o cumprimento da lei.

A criação ou inserção de diferentes organizações no cenário da catação de resíduos sólidos urbanos e a ampliação dos canais e possibilidades de financiamento aos agrupamentos de catadores vieram de braços dados com a exigência da formalização destes em associações ou cooperativas e com a intensificação da avaliação e normatização de seu trabalho. Ou seja, para acessar os recursos que permitem a continuidade da manutenção de um espaço para o trabalho coletivo – e neste caso de um espaço que é público, o barracão do EcoCidadão - e o cumprimento da lei e dos direitos sinalizados pela inovação legal é preciso mostrar-se sempre como um grupo de catadores organizados que, entre outras coisas, deve estar formalmente constituído, hábil para firmar contratos com empresas e com o próprio Estado. Agora, além de materiais recicláveis que alimentam a indústria, os catadores do Mutirão se preocupam também com a produção de documentos. No entanto, se há mais de uma década o Mutirão é um grupo de catadores organizados quais são as adaptações necessárias no novo contexto? A descrição de duas cenas construídas aqui como casos representativos deste novo cenário, contribuem na reflexão.

Cena 1: 05 de junho de 2014. Na Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual, reunião do Fórum Lixo e Cidadania. Estamos todos sentados, pouco menos de 100 pessoas. Cada um levanta discretamente o braço e se apresenta, dizendo o nome e o grupo, empresa ou instituição a que pertence.

- Fulano – Fundação Banco do Brasil.
- Cicrano – Assessor do deputado tal.
- Fulano – Associação de catadores X...

Todos são ouvidos com atenção.

Cena 2: Na mesma tarde, na prefeitura municipal, reunião de catadores de diversas associações com o prefeito.

Os catadores estendem três bandeiras verdes do Movimento sobre a mesa longa, ao redor da qual estão posicionados e conversam com o prefeito que está acompanhado pelo secretário do Meio Ambiente e pelo vereador líder da câmara de

vereadores. Todos querem falar. A presidente do Mutirão, levanta o braço e pede a palavra. Não consegue espaço para pronunciar-se na primeira tentativa. Insiste, levanta o braço e novamente pede a palavra.

Chega sua vez. Pega uma pasta com planilhas de controle de seu barracão e mostrando-as, pergunta ao prefeito:

– Então, o senhor lembra aquele dia lá na inauguração que a gente falou que tava produzindo setenta e cinco toneladas por mês?

– Claro – responde o prefeito – Vocês tinham até capital de giro. Um modelo de organização que temos que espalhar no Ecocidadão.

– Então, hoje não produzimos mais. Não chega a trinta toneladas por mês e nem capital de giro nós temos. Não tem material. Se antes a gente recebia dois, três caminhão por dia, hoje não vai nem isso na semana. E tem mais gente no barracão e uma fila querendo entrar. Adianta encher o barracão de gente se não tem com o quê trabalhar? No Pantanal tem catador com necessidade. Não tem nem luz no barracão deles. No Jandaia a prensa nem foi instalada ainda. O senhor quer que os catadores passem fome? Nós exigimos que melhore. Senão nós fecha ali. Os que são do Mutirão podem voltar pro terreno, e os outros? Vão pra rua? Tem que ir material pros barracão.

Ambas as reuniões aconteceram no contexto de uma manifestação pública que reuniu catadores pertencentes aos três grupos de organizações que conformam o cenário da catação de resíduos sólidos recicláveis em Curitiba e que se articulam em torno das três cooperativas descritas: Coopersol, Intereco e Cataparaná. Era 05 de junho de 2014, considerado o Dia Mundial do Meio Ambiente, escolhido também como o Dia do Catador. Nesse dia no Mutirão fecharam o barracão, alugaram um ônibus e seguiram para o Centro Cívico, onde está localizada a prefeitura da cidade. “Vamos para a guerra?”, era a pergunta que movimentava os catadores naquela manhã e “Temos o direito de trabalhar” era a resposta dada à indagação. A reclamação principal consistia na falta de material reciclável para o trabalho. A frequência dos caminhões do material da coleta seletiva municipal destinados aos barracões vinha diminuindo, enquanto o número de catadores que ingressavam nos parques, inversamente, aumentava. Três caminhões, cada um com pouco mais de uma tonelada de material reciclável, passou a ser a média semanal recebida pelo Mutirão. Catadores de outros barracões que integram o programa EcoCidadão tinham a mesma queixa. Tais reclamações foram temática central nas reuniões tanto do Fórum Lixo e Cidadania quanto do Programa municipal. Nesse período, descontentamentos, conflitos e tensões se haviam acumulado.

Os gestores públicos e funcionários do Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC) mobilizavam argumentos que remetiam à sazonalidade do consumo, marcada

pela redução da quantidade de material reciclável descartado pela população da cidade nos meses do inverno. Os catadores e demais organizações, no entanto, acusavam-nos de desviarem o lixo, afirmando que se a Política Nacional de Resíduos Sólidos legisla que as associações e cooperativas de catadores têm prioridade sobre o que é recolhido pela coleta seletiva, o material reciclável destinado a outros atores sociais, como os depósitos particulares, por exemplo, constituía uma ilegalidade que põe em relevo certa incompetência da gestão municipal.

Enquanto a pergunta que mobilizava os catadores na manifestação era: “Vamos para a guerra?”, a arma utilizada para o ataque era a frase gritada ao microfone de cima do caminhão e repetida pelos catadores reunidos: “Fora IPCC! Fora IPCC!”. Aos gritos repetiam frases que responsabilizavam a instituição contratada pela prefeitura para gerir o programa EcoCidadão pela má condição de vida e trabalho dos catadores. “Os catadores de Curitiba estão passando fome”, “Coleta seletiva sem catador é lixo”, “É a raposa cuidando do galinheiro”, foram as frases mais gritadas.

Como vimos na cena 1, o ato de apresentar-se individualmente e, ao mesmo tempo, nomear o grupo ou organização ao qual pertencem ou representam é prática recorrente nas diferentes reuniões mobilizadas pelos três grupos de organizações. A apresentação ocupa boa parte do tempo de encontros permeados por falas e intervenções emotivas e jocosas por meio das quais se manifestam queixas e conflitos.

Ao acompanhar os catadores do Mutirão em várias destas reuniões pude perceber que a reputação de um catador e, conseqüentemente de seu grupo, é construída de uma determinada maneira entre os demais catadores e grupos e, de outra, perante os gestores públicos e técnicos de organizações não governamentais e estão diretamente articuladas com a forma como eles compreendem e mobilizam a linguagem dos direitos e do grupo de catadores organizados.

Nas relações que os catadores estabelecem entre si é considerado de maior status e prestígio aquele que tiver a coragem de pautar temas polêmicos e sustentar o debate com os gestores públicos e funcionários do Instituto Pró-Cidadania, seja pela apreensão do léxico político da cidadania, dos direitos humanos e da mobilização de argumentos que remetem à Política Nacional de Resíduos Sólidos – como é o caso principalmente dos catadores do Movimento Nacional –, seja mencionando as estratégias bem-sucedidas e os conseqüentes “bons resultados” do trabalho no respectivo barracão, mostrando o quanto seu grupo é organizado. No que se refere a esse último item, serão melhor vistos pelos demais aqueles que durante o mês

conseguirem classificar maior quantidade de materiais recicláveis em seu barracão, garantir melhor renda para o grupo e angariar mais recursos. Além disso, é importante manter os relatórios mensais solicitados pela prefeitura municipal sempre em dia, as escalas de trabalho coletivo atualizadas e expostas na parede do barracão e os números que indicam quantidade de produção e renda mensal de cada catador, sempre disponíveis e acessíveis a consulta dos gestores públicos. Os recursos, por sua vez, podem ser contabilizados tanto pelo dinheiro e equipamentos arrecadados por projetos e parcerias quanto em número e procedência de caminhões da coleta seletiva municipal que diariamente recebem. Neste último caso, no entanto, os catadores são, ao mesmo tempo, admirados por conseguirem convencer os funcionários do Instituto Pró-Cidadania sobre suas demandas e por manterem uma rede mais ampla de relações no circuito da coleta seletiva (os trabalhadores da balança, as coordenações do Instituto, os técnicos mais influentes), e acusados de oportunismo.

Para sustentar o prestígio pessoal e coletivo, é preciso participar com frequência das reuniões e atualizar-se em relação ao léxico político. Além disso, faz-se necessário conhecer as informações do próprio barracão, assim como de outros, especialmente quanto a trabalho e produção, principal matéria-prima na composição dos argumentos contrapostos.

Perante os funcionários públicos, técnicos de organizações não-governamentais e gestores do EcoCidadão, por sua vez, gozarão de maior prestígio os catadores que conseguirem manter o barracão e o grupo mais organizados. Para isso, além de dispor de espaço coletivo de trabalho, o fato de serem muitos catadores, produzirem bastante, gerarem renda média razoável, manterem autonomia na distribuição de trabalhos no barracão e diante das demais organizações que compõem o cenário da catação na cidade, terem estratégias próprias para a resolução de conflitos entre os catadores e assumirem alguns custos de funcionamento da atividade são as principais características atribuídas a um grupo de catadores organizados. É comum ver planilhas onde constam os números de produção e os nomes dos catadores distribuídos em escalas de trabalho coletivo expostas nas paredes dos barracões, exibidas e mencionadas aos gestores públicos sempre que ali comparecem.

De forma semelhante, é participando das reuniões e recebendo visitas em seu barracão que os catadores, ao mesmo tempo em que criam linguagens e sinalizadores de alianças e rupturas, também deles se apropriam, interagindo com as diversas representações sociais de si mesmos, dependendo do interlocutor e (ou) do contexto

relacional produzido nos movimentos da circulação entre distintos espaços e organizações. Durante minha pesquisa de campo, alguns dos catadores do Mutirão fizeram todos os esforços necessários para participar das reuniões e manterem-se de alguma maneira no lugar de parceiro potencial dos três grupos, embora tal presença e pertencimento sejam sempre tensos e a hierarquia das alianças seja alterada à medida que eventos e interações específicas se modificam ou que estratégias diferentes sejam mobilizadas.

A fala da coordenadora do Mutirão na reunião com o prefeito, por exemplo, é resultado de um grande investimento. Argumentar mostrando as tabelas em que estão inscritos dados numéricos do barracão (quantidade de material selecionado, número de catadores, renda média etc), como prova do que estava sendo dito e mobilizando informações sobre outros barracões, lhe conferiu autoridade. Ela foi ouvida com atenção pelos pares e pelos gestores públicos. Ela parecia saber o que o prefeito queria ouvir e mostrava-lhe planilhas já conhecidas, uma vez que são iguais a outras sempre expostas nas paredes do Barracão do Mutirão. Era uma pessoa conhecida do prefeito porque também na ocasião da inauguração havia falado em nome do grupo. Dessa posição questiona ações da Prefeitura e seus parceiros mais diretos e exige o que reclama ser direito de catador.

Para dispor destes instrumentos de diálogo e prestígio, a coordenadora e os demais catadores do Mutirão, têm ampliado seus esforços e jornadas de trabalho desde que se mudaram para o novo barracão. É preciso manter o pátio limpo, as exigências burocráticas em dia, o grupo mais ou menos identificado com o Mutirão enquanto um coletivo de catadores organizados, as planilhas e escalas de trabalho sempre atualizadas e expostas, boa recepção aos visitantes, contato com outros barracões e presença em inúmeras reuniões. Além disso, continua sendo imprescindível coletar e classificar material para garantir a renda mensal e a sobrevivência, de modo que jornadas de trabalho de doze a catorze horas e corpos que muitas vezes são levados à exaustão e suas queixas consequentes passaram a fazer parte da experiência cotidiana dos catadores do Mutirão. “Hoje parece que me cai o útero”, murmurou certa vez uma catadora. “Assim não há corpo que aguente. Nem cabeça pra tanta informação. Cada dia uma coisa”, ouvi em outra ocasião.

Depois da manifestação acima mencionada iniciou-se um processo de deslocamento do programa EcoCidadão. A fim de responder à pressão dos catadores, a prefeitura municipal encerrou o contrato que mantinha com o Instituto Pró-Cidadania de

Curitiba, abrindo edital de credenciamento a fim de que associações, cooperativas e redes de comercialização formadas exclusivamente por catadores pudessem se inscrever para a gestão do programa, total ou parcialmente. A mudança, no entanto, aumentou a instabilidade nos meses seguintes.

Os técnicos de todos os barracões foram paulatinamente demitidos, começando por aqueles considerados mais organizados, de modo que o Mutirão foi um dos primeiros em que os catadores assumiram inteiramente a gestão do barracão. Desde então, o dinheiro disponibilizado para manutenção dos equipamentos e o pagamento dos serviços de alarme e segurança privada foi suspenso. Equipamentos de proteção individual e insumos para o enfardamento e armazenamento dos materiais classificados se tornaram escassos.

Os dias de trabalho coletivo organizados para gerar os recursos necessários ao reparo dos equipamentos se multiplicaram e resultaram em uma redução de sua renda mensal. Sem os serviços de vigilância, sofreram ainda uma onda de assaltos e depredação no barracão. Em crise, alguns voltaram a trabalhar no terreno onde parece ser menos oneroso e perigoso, enquanto outros desistiram do grupo. E há aqueles que permaneceram no barracão à espera da finalização do processo de credenciamento.

A possibilidade de inscrever-se para receber os recursos necessários à gestão do próprio barracão, embora fosse um desejo latente, exigia que o Mutirão fosse uma associação formalmente constituída, o que ainda não se deu. Primeiramente pelas dificuldades já mencionadas de composição de equipe de coordenação e, mais recentemente, porque embora tivesse conseguido todas as licenças exigidas para a liberação do alvará de funcionamento (da Sanepar, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria do Meio Ambiente), eles não providenciaram a documentação a tempo. Outra saída seria fazê-lo em nome da Coopersol. Esta, porém, não está com toda a documentação atualizada pois, mesmo que esteja cadastrada como pessoa jurídica não possui as licenças mencionadas.

O Mutirão possuía o necessário para candidatar-se ao que é considerado direito de catador, mas seus documentos estavam divididos em duas instituições diferentes – associação de catadores e a Coopersol –, o que inviabilizou seu credenciamento. Diante disso, outra alternativa seria somar-se ao Intereco ou à Cataparaná, que estavam concorrendo entre si.

A Rede Cataparaná e seus parceiros mais diretos – representatividade do Movimento Nacional de Catadores no Paraná e Fórum Estadual e Instituto Lixo e

Cidadania – contrataram alguns técnicos que haviam sido dispensados pelo Instituto, até então responsável pela gestão do programa EcoCidadão. Tal estratégia fortaleceu sua equipe de trabalho e também abriu outros canais de parceria. Dentre seus novos contratados estava o técnico que trabalhara no Mutirão por meio do qual estabeleceu-se novo nexos que conectou o Mutirão e a Rede Catapanará em uma nova parceria. Os laços foram rapidamente estreitados e o Mutirão passou a negociar parte do material reciclável que coleta e seleciona com a cooperativa do Movimento dos Catadores, ainda que com reclamações e de forma tensa.

Concomitantemente à celebração desta parceria, o Mutirão chamou para uma reunião as associações de catadores, uma ONG católica e o Cefuria, com a finalidade de dar continuidade na documentação de sua própria cooperativa, a Coopersol. A intenção é garantir a possibilidade de assumir autonomia institucional no credenciamento junto à prefeitura em uma próxima oportunidade.

4 - Considerações finais

Ao tomar as práticas e experiências políticas dos catadores de materiais recicláveis de Curitiba como tema de pesquisa procurei descrever a trajetória do Mutirão (um grupo de catadores organizados, como é conhecido na cidade) em termos de um processo no qual estes trabalhadores vão paulatinamente se estabelecendo como sujeitos de direito, uma categoria política que tem crescido significativamente nos últimos anos, tanto em visibilidade pública quanto na mobilização de demandas que acionam diversos setores do Estado, da Igreja e de outras organizações diversas.

Desde a celebração da parceria entre o Mutirão e a prefeitura municipal e a ocupação do barracão como novo espaço de trabalho em 2013, os catadores mudaram suas estratégias de agenciamento, mobilizando a retórica dos direitos humanos, organizando suas demandas, contatando-se com instituições diversas, inserindo-se em canais de financiamento em sua maioria abertos a partir da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e mobilizando-se na produção de documentos tendo em vista um ideal de autonomia construído como valor.

Os dados produzidos nesta pesquisa evidenciam o quanto o que é denominado grupo de catadores organizados está estreitamente relacionado ao acesso a canais de financiamento e à utilização de um espaço coletivo para o trabalho, o que na maioria das vezes só se sustenta mediante a intervenção de terceiros. No entanto, como pudemos perceber, muitas das estratégias e dos projetos políticos dos catadores do Mutirão são

sustentados por um insistente desejo de autarquia que os leva a ver na criação, na formalização e no fortalecimento de sua própria cooperativa o caminho para viabilizar autonomia em relação às demais organizações e conquistar, finalmente, o seu direito ao trabalho. Para chegar a isso, porém, faz-se necessário investir em parcerias, o que só é possível mediante a criação de uma pessoa jurídica, ou seja, da documentação de uma associação ou cooperativa formalmente constituída.

O acesso às benesses da política pública, portanto, exige o desenvolvimento de uma infraestrutura da cidadania e de estratégias de organização de documentos e de formas de trabalhar.

A experiência do Mutirão permite ainda perceber que, embora os catadores dialoguem com a nova realidade, apreendam os significados e se relacionem com a lei à sua maneira encarando-a como um direito inalienável, o dever de mostrar-se um grupo de catadores organizados não mais aos moldes da Igreja mas agora também do Estado como condição de acesso à cidadania - ainda que eles ampliem significativamente seus esforços e jornadas de trabalho - não é suficiente para garantir o merecimento do direito. Afinal, apesar de tudo, ainda lhes falta o documento.

5 - Referências bibliográficas

BONETTI, Aline. 2001. Novas configurações: direitos humanos das mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. Em: Em: NOVAES, Regina e KANT DE LIMA, Roberto (orgs). 2001. **Antropologia e Direitos Humanos**. ABA/FORD. Niterói: EDUFF. P. 137-202.

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. 2008. **“O Trabalho no Papel”**: uma etnografia com papeleiros. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Rio de Janeiro, RJ. UFRJ.

DOMINGUES, Ana Carolina Silva. 2012. **Programa Ecocidadão – Reciclagem e Inclusão Total (Curitiba/PR)**: efetividade quanto à inclusão social e meio ambiente de trabalho dos catadores à luz da Lei 12.305/2010. Monografia de Graduação (Direito). Curitiba, PR. UFPR.

LEITE LOPES, José Sérgio. 2006. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. Em: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, pp. 31-64.

MACHADO-BORGES, Tahis. 2010. “I’m not a garbage-woman; I’m a scavenger of recyclable material!”. Women, waste and work in southeastern Brazil. Em: **Anales N.E.** 2000-1223, n°13, p. 119-152.

MASCARELLO, Magda Luiza. 2015. **O Barracão e a Rua**. Experiências e práticas

políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba – PR. Mestrado em Antropologia. UFPR: Curitiba – PR.

MELO, Tomás. 2013. Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Em: **X Reunião de Antropologia do Mercosul**. Córdoba. Argentina.

OLIVEIRA, Kelly. 2013. **Diga ao povo que Avance!** Movimento Indígena no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana.

SCHUCH, Patrice. 2003. Trama de significados: uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator e no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre/RS. Em: KANT DE LIMA, Roberto (org). 2003. **Antropologia e direitos humanos 2** – Prêmio ABA/FORD. Niterói : EdUFF, P. 159-204

_____. 2015. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. Em: FONSECA, Claudia e MACHADO, Helena (orgs). 2015. **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. P. 121-144.

SOUZA, Rosinaldo. 2001. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. Em: NOVAES, Regina e KANT DE LIMA, Roberto (orgs). 2001. **Antropologia e Direitos Humanos**. ABA/FORD. Niterói: EDUFF. P. 47-80.